

ICMS DOS IMPORTADOS

Fundap: transição ou Justiça

Estado vai insistir na inconstitucionalidade de projeto no Senado, que vai a plenário hoje

de RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

“O jogo não termina amanhã (hoje). É uma etapa decisiva, mas o dia D será quando ajuizarmos ação (a favor do Fundap) no Supremo Tribunal Federal (STF)”, avalia o senador Ricardo Ferraço.

Ele está absolutamente convicto do erro do governo federal que insiste em alterar alíquota de ICMS por meio de Projeto de Resolução do Senado (PRS) e não a partir de lei complementar, como estabelece a Constituição Federal.

A votação da proposta que reduz a alíquota de 12% para 4% a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior está prevista para a sessão plenária de hoje no Senado. A perda para o Estado e municípios é estimada em R\$ 2,3 bilhões por ano.

Os senadores do Espírito Santo e de Santa Catarina vão apresentar proposta para que a mudança tenha um período de transição de quatro anos com redução gradual da alíquota. Mesmo sabendo da dificuldade na aprovação

O QUE MUDA

COMO É HOJE

Alíquotas interestaduais

VENDAS NO BRASIL

Mercadorias que saem do Espírito Santo

12%

Mercadorias que entram no Espírito Santo

7%



COMÉRCIO EXTERIOR

Exportações

Imune, alíquota de 0%, com direito a crédito

Importações

Incide alíquota interna, em geral de 17%, podendo ser diferida. No caso, o Estado possui o Fundap, um incentivo financeiro

AS PROPOSTAS E COMO DEVE FICAR

Em princípio, o Projeto de Resolução 72/20, de autoria do senador Romero Jucá, tinha proposta de reduzir de

12% para 0% as

alíquotas sobre as importações

Com um emenda apresentada pelo senador Delcídio Amaral, a alíquota iria para 2% a partir de janeiro de 2015

Mas o projeto foi modificado pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi aprovado na semana passada. Agora, a alíquota

cai de 12% para 4%

a partir de janeiro de 2013.

ES, GO e SC tentam hoje a última cartada, em Plenário, para garantir uma transição mínima à mudança, que provoca o fim do Fundap.

AGazeta - Ed. de Arte - Gilson



Ferraço: proposta de emenda pede transição de 4 anos

AGÊNCIA SENADO/ARQUIVO

da emenda, Ferraço disse que vai jogar de cabeça erguida até o fim.

“Não podemos aceitar que o governo nos coloque como bode expiatório, como se o Espírito Santo fosse o responsável pelas importações feitas por todo o país”, reclama.

Além de reafirmar a inconstitucionalidade do PRS 72, o senador questiona ainda o comportamento “inexplicável” do governo federal de interromper as negociações que vinham sendo feitas com o governo estadual.

Em uma das audiências do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com o governador Renato Casa-

grande, lembra o senador, havia a disposição do governo federal de aceitar a transição por um período de quatro a seis anos. Mas a negociação foi interrompida sem nenhuma explicação por parte da União.

Casagrande viaja a Brasília hoje pela manhã. Não há reunião programada, mas a intenção é acompanhar a sessão junto com a bancada capixaba.

Ontem o governador não falou sobre o assunto. Na semana passada, quando da votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, ele disse que não restava a outra alternativa que não a de recorrer ao STF

Ordem é cortar custos desde já

Os prefeitos capixabas reuniram-se ontem para avaliar os impactos para a economia de suas cidades com a mudança na alíquota do ICMS nas operações interestaduais que envolvem mercadorias importadas. E os resultados não são animadores. Uma das orientações da direção da Associação dos Municípios Capixabas (Amunes) é começar, desde já, a redução nos gastos.

Os prefeitos analisaram os dados do estudo elaborado pelo economista Alberto Borges a pedido da diretoria da Amunes. De

acordo com o estudo, as perdas totais ficarão entre R\$ 550 milhões e R\$ 660 milhões por ano.

Considerando o pior cenário, com a debandada de 85% das empresas fundapeanas, o total das perdas será de R\$ 657 milhões. Em um quadro menos agressivo, com a saída do Estado de 50% das empresas que operam com o Fundap, as perdas anuais somariam R\$ 551 milhões.

No cenário intermediário, com a saída de 75% das empresas fundapeanas o total das perdas dos municípios seria de

R\$ 627 milhões. O levantamento aponta ainda perdas entre R\$ 20 milhões e R\$ 40 milhões de ISS, que estariam concentradas em Vitória, Cariacica, Serra e Vila Velha.

Nem mesmo a elevação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) compensaria a queda da arrecadação de ICMS.

Conforme o estudo, em 2010, apenas sete municípios ultrapassaram os limites prudencial e máximo da despesa com pessoal. Com a queda de receita, esse número saltará para 40 municípios.

Estado derruba ação contra incentivos no STF

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), por meio de petição ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio, conseguiu barrar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4721, apresentada em fevereiro pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) contra o Fundap. A decisão do STF saiu no dia 20 de abril, mas só ontem foi divulgada.

O ministro negou o seguimento da ADI por entender que não há relação

de pertinência entre a entidade sindical e o tema da ação. Na petição inicial, a CNTM acusa o Espírito Santo de afrontar a Constituição e, ainda, de prejudicar a categoria dos metalúrgicos, alegando que o tratamento diferenciado do ICMS pelo Fundap.

A vitória foi comemorada pelo procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice. “A PGE conseguiu debelar a tentativa antes mesmo do Estado ser formalmente chamado a se manifestar”.

Apelo de Lindbergh e Aécio

Durante a votação do projeto de Resolução 72, que uniformiza a alíquota de ICMS sobre importados em 4%, são esperadas resistências isoladas de três grupos. O primeiro é o dos nove senadores dos Estados mais prejudicados com a mudança: Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás.

O segundo é capitaneado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), que apresentará uma emenda para prever uma regra de transição à proposta. E o último, puxado pelo senador petista Lindbergh Farias (RJ) que quer discutir a matéria junto com a troca do indexador das dívidas dos Estados com a União.

O mais provável é que os três focos se unam para tentar adiar a votação ou, pelo menos, insistir na aprovação de uma transição de cinco anos para entrada em vigor da nova regra.

Mas, diante da imensa maioria governista na Casa e do fato de a matéria não opor governo e oposição, não deve haver impedimento para aprová-la.

Novas medidas anti-importação

O governo aplicou duas novas medidas de proteção à indústria brasileira. Foi publicada no Diário Oficial de ontem a resolução que aplica direito antidumping definitivo – para conter importações desleais – sobre o magnésio metálico em formas brutas, contendo pelo menos 99,8%, em peso, de magnésio, quando originárias da Rússia. E as importações de papel couchê leve, dos EUA, Finlândia, Suécia, Bélgica, Canadá e Alemanha, serão sobretaxadas.